

A decorative graphic consisting of a grid of dots in various shades of gray and red, arranged in a pattern that suggests a world map or a network of connections.

# Feminismo em Movimento

## Contra o Retrocesso, Rumo a Novas Solidariedades

**CHRISTA WICHTERICH**

Dezembro de 2016

- O género é novamente uma área altamente contestada em várias sociedades e culturas. O feminismo enfrenta imensos retrocessos com força neoconservadora, religiosa fundamentalista, e populista da direita. Estas controvérsias necessitam de respostas feministas e requerem a repolitização de questões feministas e novas solidariedades na diversidade do feminismo e da sua fragmentação crescente.
- O feminismo tem muito potencial e experiência para inspirar alianças e outros movimentos com o seu conceito orientado por direitos e pela justiça, ligações entre as necessidades práticas e interesses estratégicos, objectivos emancipatórios e perspectivas transformadoras, e conceitos de espaços autónomos, pensamentos criativos, e diálogos transversais.
- A interseccionalidade pode ser utilizada como um instrumento analítico e estratégico para diferenciar e politizar as questões do género, para desenvolver solidariedades translocais e transnacionais, e para estabelecer alianças estratégicas e inclusivas orientadas para a justiça de escalas múltiplas. O feminismo pode-se articular através de outros movimentos da justiça.
- Os pontos de referência comuns, como a violência contra as mulheres, a perda de meios de subsistência devido à globalização neoliberal, o trabalho assistencial, e a soberania alimentar estão a ajudar a criar novas solidariedades entre os feminismos e no estabelecimento de alianças estratégicas com outros movimentos sociais.

## Feminismo: Diversidade de Projectos Políticos

Os debates intensos sobre a burca e o «burquíni», na Europa, o aborto nos países Católicos, a homossexualidade em África, e o papel das mulheres na Turquia e países pós a Primavera Árabe, indicam que a ordem do género é uma área contestada no centro de todas as sociedades e culturas. Estas situações requerem respostas feministas. O presente documento examina internamente a actual diversidade do feminismo e observa o futuro a fim de explorar as perspectivas, a solidariedade, e as alianças.

O feminismo é uma crítica teórica e prática das relações de poder marcadas pelo género, com uma perspectiva emancipatória e transformadora. Não é um modelo, mas um produto e uma plataforma histórica dependente de e interagindo com contextos sociais, políticos, económicos, culturais e religiosos historicamente específicos. É diverso em abordagens teóricas, activismo, e movimentos com diferentes origens e objectivos, assumindo diversas formas a vários níveis.

Em meados dos anos 80, as Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era (DAWN), uma rede de feministas do Hemisfério Sul, procurou combater o domínio do feminismo Ocidental e as suas afirmações de ser avançado, capaz de determinar normas universais para a emancipação da Mulher e portanto falar em nome dos «outros». A este respeito, desenvolveu o conceito de «uma diversidade de feminismo, receptiva às diferentes necessidades e preocupações de diferentes mulheres, e definido por elas para elas mesmas. Esta diversidade baseia-se numa oposição comum à opressão e hierarquia do género que, todavia, é apenas o primeiro passo na articulação e actuação sob uma agenda política» (DAWN. 1985: 13).

«O individual é político» tornou-se o lema principal dos movimentos autónomos da Mulher no Ocidente nos anos 70. A politização referia-se principalmente à ordem patriarcal e às subjectividades na esfera privada, e.g. a sexualidade, a violência doméstica, e as tarefas domésticas. No Hemisfério Sul, os movimentos feministas ligaram a politização das questões do género a meios de subsistência e a questões de sobrevivência. Alinhando-se com outras forças da sociedade civil, desafiaram não só a violência, subordinação e exploração baseada no género, mas também o poder e as hierarquias nos

regimes de classe/casta, em relações Norte-Sul, e o desenvolvimento hegemónico e o modelo neoliberal da globalização. As estratégias comuns de politização no Norte e Sul eram para expor publicamente o que tinha sido classificado como privado, natural, ou meramente individual e para escandalizar a discriminação e violência baseada no género.

Os movimentos feministas foram além das exigências liberais para a participação e inclusão das mulheres na corrente principal do desenvolvimento, na economia de mercado e monetária, e na política. Os mesmos afirmavam ser agentes de mudança, procurando a transformação social. Assim, a Carta de Princípios Feministas para as Feministas Africanas (2006) afirma, «Ao nos nomearmos Feministas politizamos a luta pelos direitos da Mulher, questionamos a legitimidade das estruturas que mantêm as mulheres subjugadas, e desenvolvemos instrumentos para a análise e a acção transformadora».

Os conceitos feministas de direitos e justiça, bem como as lutas politizadas feministas, ligam a emancipação individual e colectiva com a transformação estrutural de sociedades, através do cruzamento do reconhecimento de identidades, direitos, e prerrogativas com a redistribuição de recursos e de poder.

## Movimentos Fragmentados, Direitos Ambivalentes da Mulher

A topografia global do feminismo está actualmente caracterizada pela heterogeneidade e a fragmentação, incluindo o feminismo homossexual, Negro, Islâmico, espiritual, eco, rústico, da terceira onda, da internet, e muitos outros feminismos. Salientando as suas próprias lutas e reclamando o seu próprio espaço, o número de abordagens feministas jovens, locais, e baseadas na identidade está a crescer. Cada geração e grupo quer levantar a sua própria voz, em vez de ser representada, criar as suas próprias experiências, utilizar novos meios de comunicação, e desenvolver outras formas de articulação. A sua força reside em oferecer uma noção de pertença, mas também correm o risco de serem eliminatórias, egocêntricas, e apolíticas. Além disso, a «ONGização» dos movimentos da Mulher tem provocado uma especialização e profissionalização levando a novas formas de organização e advocacia, mas também à competição por fundos e atenção pública. Esta heterogeneidade trás

controvérsias e tensão entre as diferentes gerações e as diversas identidades, entre abordagens autónomas e institucionalizadas, entre correntes de pensamento religiosas e seculares, e entre burocratas femininas em instituições políticas e activistas de base.

Nos anos 90, o paradigma dos direitos humanos da Mulher, como o quadro comum para a politização das questões da Mulher e para o estabelecimento de governança global da igualdade de género nas Nações Unidas, funcionava como um veículo e um motor para o estabelecimento de alianças e o trabalho em rede transnacional. O mesmo facilitou uma mudança fortalecedora de perspectiva, de mulheres como vítimas para mulheres como detentoras de direitos, agentes, e cidadãs. A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, pareceu ser uma excelente oportunidade para estabelecer uma «irmandade estratégica» baseada em «nós as mulheres do mundo» como o assunto político e para construir o imaginário de um movimento global feminista, diverso mas unido.

No entanto, de uma perspectiva pós-colonial, Gayatri Spivak, uma académica pioneira pós-colonial, criticou o conceito de irmandade e o paradigma dos direitos humanos da Mulher como fazendo parte de um «projecto imperialista» das feministas Ocidentais de «salvar mulheres castanhas» (Spivak 1988), dando preferência a direitos individuais relativamente aos direitos colectivos e envolvido no pensamento missionário e «othering» do Norte e Sul, desenvolvido e não desenvolvido, moderno e tradicional.

### Retrocesso e Relocalização

O estabelecimento bem-sucedido das agendas feministas por feministas tem sempre motivado resistência. Nos anos 90, a nível da ONU, a «aliança profana» do Vaticano e dos estados Islâmicos opôs os direitos sexuais e reprodutivos. Recentemente, os grupos fundamentalistas no Cristianismo, Hinduísmo, Islamismo, e Budismo têm estado a aumentar, estabelecendo a ligação com forças autoritárias, nacionalistas, e populistas da direita. O antifeminismo e o familismo conservador, a remilitarização da masculinidade, e um foco no papel reprodutivo da Mulher, parece ser o que une estas tendências em muitos países do Norte e Sul. Os confrontos sobre os códigos de vestuário e o aborto têm retomado

ímpeto. O discurso de ódio dirigido a feministas, activistas de comunidades lésbicas, homossexual, bissexuais, transexuais, e intersexuais (LGBTI), e académicos dos estudos do género está a aumentar. Estas tendências antiliberais e antidemocráticas estão a produzir uma forte reacção negativa contra o feminismo e a diminuir os espaços para a sociedade civil, incluindo os grupos feministas.

Ao mesmo tempo, feminismos específicos, e.g. o feminismo pop e as mulheres poderosas, estão na moda nos meios de comunicação social e tornaram-se fácil de comercializar como feminismo de mercado. Entretanto, os direitos da Mulher e o conceito de empoderamento têm sido instrumentalizados pelo Banco Mundial e por outras instituições para a integração da Mulher em mercados e o seu ajuste às normas neoliberais. Estas tendências levaram a uma despolitização das preocupações feministas. A perspectiva transformadora desapareceu, como no caso da transversalização do género, que foi conceitualizada como uma estratégia global para a mudança institucional, mas frequentemente resulta num exercício bastante técnico.

As várias formas de desmantelamento e de fragmentação dos movimentos feministas, após o período da sua globalização, induziu à sua relocalização para permitir a resistência às reacções negativas, para defender os espaços, direitos, e recursos, e para (re)politizar as questões e as lutas. O activismo ascendente possibilita novos trabalhos em rede e o estabelecimento de alianças translocais e transnacionais. Um exemplo transnacional desta mudança é a Marcha Mundial da Mulher, que ocorre quinquenalmente. A Marcha Mundial da Mulher foi concebida como um movimento de base transfronteiriço, contrariando as políticas descendentes das Nações Unidas e outras instituições globais de governação. Focando em duas questões comuns, a violência contra as mulheres e a pobreza, a mesma não tenta homogeneizar a identidade e as preocupações das mulheres.

### Redes Antigas, Novas Solidariedades

Até à data, os direitos humanos da Mulher têm sido utilizados como um instrumento poderoso para a articulação de exigências pela justiça, o reconhecimento, e a redistribuição do género e como um sistema de referência para responsabilizar os estados, bem como os actores

na esfera privada e no sector privado. A violência contra as mulheres tornou-se o denominador comum mais significativo entre os movimentos feministas, incluindo a violência doméstica, os assassinatos de dote, a violação como um crime de guerra, a determinação sexual e o feminicídio, a mutilação genital feminina, os chamados homicídios de honra, os crimes de ódio contra pessoas LGBTI, e assim por diante. A luta pelo direito à integridade física e pela designação da violência baseada no género como uma violação dos direitos humanos permitiu que os feminismos superassem as diferenças culturais e religiosas, as lacunas entre a base e as elites, e as tensões entre gerações de mãe e filha.

Segundo Chandra Talpade Mohanty (2003), outra académica pós-colonial que rejeitou qualquer conceito de irmandade baseada no género como identidade, o actual quadro principal de referência para as «solidariedades reflectivas transnacionais» a ser desenvolvido por feministas é a reestruturação global de economias e sociedades e as experiências da perda dos meios de subsistência, as desigualdades sociais crescentes, as novas formas de pobreza, e a precarização do trabalho. Visto que a ideologia de ganho mútuo da globalização neoliberal perdeu muito da sua legitimidade pelo mundo, agora existe uma oportunidade para desafiar a lógica desta dinâmica.

De uma perspectiva de economia feminista, os discursos sobre o trabalho assistencial são um ponto de entrada importante para questionar a lógica dos mercados capitalistas e da globalização, e para ligar as questões do género e do desenvolvimento. Em 2012, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, a Marcha Mundial das Mulheres anunciou, «Precisamos de superar este modelo de desenvolvimento. De modo a alcançar isto, devemos superar a divisão sexual do trabalho que não reconhece o nosso trabalho como trabalho». Em 2014, mulheres da La Via Campesina apresentaram o seu próprio «*feminismo campesino popular*», que liga o conceito da soberania alimentar com o reconhecimento do trabalho das mulheres, associa o combate à violência contra as mulheres com combates à violência estrutural da apropriação ilegal de terras, o despejo, e as monoculturas comerciais, e as exigências comunitárias como os direitos colectivos fundiários e um modelo de economia baseado na cosmovisão. A ligação entre os cuidados e os alimentos incentivou várias alianças entre os movimentos

feministas e outros movimentos sociais. O princípio de precaução deduzido do conceito dos cuidados tem sido introduzido por feministas nos movimentos e políticas da biossegurança e orientados para o consumidor para combater os negócios corporativos imprudentes com fins lucrativos.

Decorrente dos primeiros debates sobre as tarefas domésticas não pagas das mulheres no Ocidente e a importância do trabalho não pago das mulheres como um amortecedor em situações de crise, bem como em austeridade e os programas de ajustamento estrutural no Sul, as feministas têm desafiado a desvalorização do trabalho de cuidados e o extractivismo permanente dos cuidados em todas as sociedades. Uma aliança internacional das margens para o centro, do local para o global, foi a campanha para uma convenção sobre o trabalho doméstico que foi adoptado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2011. Em 2012 na Declaração Negombo, a Aliança Sul Asiática Feminista exigiu reconhecimento, direitos, e segurança social pelo trabalho indispensável que as mulheres fazem para a reprodução social. Portanto, a politização do trabalho assistencial tornou-se um ponto de referência comum para a justiça, redistribuição, e o reconhecimento de género, sob o qual as alianças com os movimentos da globalização alternativa podem ser criadas.

### Interseccionalidade e (Re)Ligação

A interseccionalidade pode ser utilizada como um conceito teórico e analítico para compreender a complexidade, o entrelaçamento, e a interacção de diferentes regimes de poder e opressão, como classe/casta, género, raça, idade, e capacidade, em vários contextos. Baseado numa análise contextualizada que tem em conta as múltiplas identidades e subjectividades dos actores, a interseccionalidade é um instrumento estratégico útil para politizar as questões e as lutas pela justiça e transformação de escalas múltiplas. Estas lutas são inclusivas, vão além de identidades únicas, e ligam resistências contra várias formas de hierarquias, privilégios, e subordinação. As abordagens interseccionais dispersam a categoria social de género e articulam-na novamente através de outras categorias de desigualdade e poder, e.g. etnicidade e cor. Este é um ponto de partida adequado para alianças estratégicas com uma vasta gama de actores e reflecte um ditado de Audre

Lorde (1984:134-144): »Não existe algo como uma luta por um único problema porque não vivemos vidas com problemas únicos«.

A topografia dos feminismos não é neutro no que diz respeito ao poder mas inclui várias hierarquias, privilégios, e exclusões, e estas têm de ser abordadas na superação de divisões, dominação, e discriminação. Os diálogos transversais entre e em todas as identidades, religiões, e nações respeitam as diferenças e os sentimentos de pertencimento mas evitam a essencialização e generalização dos mesmos. O feminismo tem sempre criado espaços e oportunidades para a emancipação que liga as necessidades práticas e os interesses estratégicos sabendo que para atingir a transformação social o indivíduo, bem como as estruturas sociais, precisam de ser mudadas. Este tipo de experiência é relevante para outros movimentos, incluindo lutas anticapitalistas, ambientais, pela paz e anti-racistas.

As experiências feministas com espaços autônomos e pensamentos »criativos«, juntamente com diálogos auto-reflexivos transversais através de diferenças e diversidades, foram uma fonte de inspiração para os movimentos da democracia, entre eles a Primavera Árabe, as 15M de iniciativas em Espanha, e as campanhas do Direito à Cidade. As feministas Muçulmanas da internet influenciam

e enriquecem outros movimentos de antidiscriminação, como os movimentos anti-racistas, a »cultura do acolhimento« para com os migrantes e refugiados, e as campanhas LGBTI. Portanto, os feminismos podem articular e repolitizar eles mesmos através de outros movimentos.

Em 2010, o Fórum Africano Feminista salientou a necessidade de »restabelecer a ligação com nós mesmos e as nossas comunidades«, para superar a fragmentação e as divisões. O sentimento é comum que com o tempo, os feminismos perderam o seu pensamento holístico e a sua visão geral envolvendo a interseccionalidade dos sistemas de poder e das relações locais - globais. Os mesmos precisam de ultrapassar o pensamento e comportamento isolado e devem ligar novamente os problemas, actores, e a agência.

Com o populismo da direita, o neoconservadorismo, e os fundamentalismos religiosos salientando o género e as relações de género como pontos centrais das ordens sociais, culturais, religiosas e de valor das sociedades, uma repolitização das questões feministas é adequada para hoje. Os feminismos baseados na justiça e nos direitos têm um grande potencial para desafiar as forças não democráticas, identitárias, e antiliberais. Além disso, se os mesmos se articularem em alianças estratégicas e novas solidariedades, poderiam recuperar legitimidade e força.

## Referencias

**Charter of Feminist Principles for African Feminists** (2006): <http://www.africanfeministforum.com/feminist-charter-introduction/>.

**Lorde, Audre** (1984): *Sister Outsider: Essays and Speeches by Audre Lorde*. Berkeley: Crossing Press.

**Mohanty, Chandra Talpade** (2003): *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham, NC: Duke University Press.

**DAWN** (1985): *Development, Crises, and Alternative Visions: Third World Women's Perspectives*. Stavanger: Verbum.

**Spivak, G. Chakravorty** (1988): Can the Subaltern Speak? In *Marxism and the Interpretation of Culture*, edited by C. Nelson and L. Grossberg. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.



## Sobre o autor

**Christa Wichterich**, PhD. em sociologia, foi uma professora convidada para a política de género na Universidade Kassel e Basel e actualmente trabalha como uma professora universitária, autora independente e activista/académica. Como investigadora e jornalista os seus temas principais são a globalização e o género de uma perspectiva de ecologia e economia internacional política feminista, os movimentos das mulheres e as políticas internacionais das mulheres. Trabalhou como professora universitária na Índia e no Irão, como correspondente estrangeira no Quênia e está activa na rede feminista Mulheres em Desenvolvimento Europa (WIDE+).

## Impressão

Friedrich-Ebert-Stiftung | Política e Desenvolvimento Global  
Hiroshimastr. 28 | 10785 Berlin | Alemanha

Responsável:  
Kathrin Meißner | Departamento de Cooperação Internacional  
de Desenvolvimento

Telefone: +49-30-26935-7425 | Fax: +49-30-26935-9246  
<http://www.fes.de/GPol/en>

Para encomendar publicações:  
[Christiane.Heun@fes.de](mailto:Christiane.Heun@fes.de)

O uso comercial de todos os suportes publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem o consentimento escrito da FES.

## Política e Desenvolvimento Global

O departamento de Política e Desenvolvimento Global da Friedrich-Ebert-Stiftung fomenta o diálogo entre o Norte e o Sul e promove o debate público e político sobre questões internacionais na Alemanha e na Europa. No fornecimento de uma plataforma para discussões e consulta visamos conscientizar sobre as interdependências globais, desenvolvendo cenários para futuras tendências e formulando recomendações políticas. A presente publicação faz parte do projecto »Feminismo Político«, encarregado: Kathrin Meißner, [kathrin.meissner@fes.de](mailto:kathrin.meissner@fes.de).

Os pontos de vista expressos nesta publicação não são necessariamente os defendidos pela Friedrich-Ebert-Stiftung.

Esta publicação é impressa em papel de floresta sustentável.



ISBN  
978-3-95861-709-4